

SUMÁRIO

ARTIGOS	13
ANOTAÇÕES SOBRE O PROPÓSITO NEGOCIAL	15
<i>Charles William McNaughton</i>	
1. Introdução	15
2. Histórico do propósito negocial na legislação dos EUA	15
3. Dever de propósito negocial no direito tributário brasileiro	23
4. Critérios do Direito Privado	31
5. Do trânsito do direito privado ao direito tributário	37
6. Propósito negocial e requalificação dos negócios jurídicos	44
ALTERAÇÃO JURISPRUDENCIAL DO STF SOBRE NÃO CREDITAMENTO DO IPI NA ENTRADA DE INSUMOS ISENTOS NÃO ATINGE A COISA JULGADA CONFORMADA NOS TERMOS DE JURISPRUDÊNCIA ANTERIOR	49
<i>Ives Gandra da Silva Martins</i>	
O IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA INCIDENTE SOBRE OS RENDIMENTOS RECEBIDOS ACUMULADAMENTE	65
<i>Jorge Claudio Duarte Cardoso</i>	
1. Introdução	65
2. Histórico	66
3. O Imposto de Renda Pessoa Física – IRPF	69
4. O art. 12-A incluído na Lei 7.713/1988 pela Lei 12.350/2010	80
5. O art. 12 da Lei 7.713/1988	83
6. Conclusão	97
7. Referências	100

RETENÇÃO DO ISS SOBRE OS SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E
PROPAGANDA: NATUREZA JURÍDICA DA RESPONSABILIDADE
DO TOMADOR PAULISTA PELOS SERVIÇOS DO PRESTADOR
CARIOCA E IMPLICAÇÕES PRÁTICAS DA VIOLAÇÃO DA LEI
COMPLEMENTAR N. 116/03 105

Leonardo Freitas de Moraes e Castro

I. Situação fática	105
II. Retenção de ISS para prestadores não inscritos no cadastro do Município de São Paulo (responsabilidade tributária formal)	107
III. Retenção de ISS em razão da natureza do serviço prestado (responsabilidade tributária material)	112
IV. Violação do art. 146, III da CF pelo Município de São Paulo: limitação do alcance da autonomia municipal	116
V. Implicações da adoção do item 10.08 na nota fiscal de serviço e seu impacto na retenção do ISS de 5% pelo Município de São Paulo	118
VI. Considerações finais	125